



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DEPENDÊNCIA QUÍMICA FEMININA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Jaqueline de Melo (a) - a
a

Dependência química feminina e violência doméstica contra a mulher:

Um território complexo

1. Introdução

A motivação para tal reflexão que é parcialmente exposta aqui se deu a partir da observação que a autora fez acerca de alguns casos atendidos pelo CEOM de Duque de Caxias, nos quais as mulheres atendidas não somente eram vítimas de violência doméstica, mas estavam em risco de morte, dessa forma eram encaminhadas pelo equipamento à Casa Abrigo, mas pouco tempo depois, dois ou três dias no máximo, o equipamento era informado pela Casa Abrigo que a vítima de violência doméstica havia evadido do mesmo, sem explicar os reais motivos de tal decisão. Sendo que após contatos realizados pela equipe técnica do CEOM à essa vítima, descobria-se que a mesma era dependente química de diversas substâncias ilícitas e que esse era o real motivo da saída da Casa Abrigo. Muitas vezes, tais vítimas, reatavam seus relacionamentos com os agressores, dando prosseguimento ao ciclo da violência doméstica. Sendo que mesmo, nos casos em que o CEOM conseguiu que a vítima retornasse para continuar o acompanhamento, a situação de dependência química, era ignorada pelos profissionais.

Tais episódios fizeram com que a autora se desse conta sobre a falta de estudos na área de dependência química, que tivessem como sujeitos, mulheres; também se desse conta do escasso diálogo entre os equipamentos de combate à violência doméstica contra a mulher e os equipamentos de saúde mental e combate à dependência química, tendo como foco a proteção integral à saúde das vítimas.

Tal situação brevemente descrita anteriormente, surgiu como base para a autora para a construção do projeto de pesquisa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que se encontra em andamento, dessa forma, o presente trabalho se constitui uma Reflexão Teórica.

2. Desenvolvimento

Portanto, considera-se pouco provável que, na história da humanidade, o uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas estivessem restritos ao público masculino. O estudo sistemático com mulheres dependentes químicas ocorreu nos últimos cinquenta anos e as abordagens que atendam as necessidades desse subgrupo há uns vinte anos (BRASILIANO et. al., 2006 apud OLIVEIRA, 2000).

A menor prevalência de mulheres dependentes químicas como justificativa para a ausência de pesquisas na área não é, portanto, argumento suficiente e alguns autores atribuem a

esse fato o estigma social sofrido pelas mulheres. Historicamente, os padrões de uso de substâncias entre as mulheres têm variado e a interpretação social deles também, o que provoca impacto não somente nas atitudes frente ao uso feminino quanto na disponibilização de programas e na resposta ao tratamento (BRASILIANO et. all. 2006 apud RABELLO, 2007).

Além do estigma social, autores indicam a falta de treinamento das equipes primárias de saúde, principalmente na capacitação para efetuar o diagnóstico correto para queixas vagas de saúde física; a falta de serviços de atendimento específico para mulheres; a negligência ou a oposição de familiares, sendo que em algumas situações, o companheiro também é usuário. Esses fatores poderiam ser indicativos de um receio entre as mulheres para colaborar com pesquisas epidemiológicas ou procurar centros especializados de tratamento (ZILBERMAN, 2003; HOCHGRAF et. all, 2004 apud RABELLO, 2007).

Entre as especificidades, citamos inicialmente algumas barreiras para a busca de tratamento e que estão relacionadas ao papel de esposa e mãe esperado pela sociedade: vergonha e culpa por seu comportamento adicto; o medo de perder a guarda de seus filhos, ao assumirem a dependência; a dificuldade em encontrar uma infraestrutura adequada como creches para os cuidados com os filhos no período de tratamento; o temor do julgamento nas situações de uso durante a gravidez, principalmente por um receio da política de considerar crime passível de detenção; o uso de drogas como uma forma de “medicação” e alívio aos sintomas de depressão, irritabilidade e ansiedade; a carência de recursos financeiros e sociais para buscar outras formas alternativas de satisfação e gratificação após o tratamento (BRASILIANO et. all., 2006 apud RABELLO, 2007).

Segundo Cesar (2006 apud SILVA, 2015) a alta taxa de mulheres vítimas de violência física/sexual na infância/ adolescência. Entre as mulheres que entrevistadas, 70% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência física/ sexual na infância e/ou adolescência. Desse grupo, duas começaram a utilizar bebidas alcoólicas na infância, três na adolescência e uma na idade adulta. Outro dado importante é o percentual de mulheres (80%) que sofreram violência doméstica e sexual por parte dos companheiros.

O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos casos notificados de violência doméstica. O álcool atua em até 92% dos casos notificados de violência doméstica. O álcool age como desinibidor e os estimulantes como cocaína, crack e anfetaminas reduzem a capacidade de controle dos impulsos e aumentam as sensações de persecutoriedade. Nesse sentido, ambas as substâncias facilitariam a violência. O estupro e outras formas de vitimização são frequentes entre mulheres com problemas de uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas em comparação a outras mulheres na população geral (ZILBERMAN et. all., 2005 apud SILVA, 2015).

Segundo as autoras, o álcool e outras drogas são geralmente utilizados por mulheres como automedicação da dor decorrentes de situações de violência doméstica e traumas, sendo que um alto índice de mulheres em tratamento por problemas com álcool e outras drogas relatam episódios de vitimização, tanto como resultado do seu uso como do uso de seus parceiros.

A Política Nacional Antidrogas (PNAD, 2005) oferece diretrizes de como as campanhas e os programas de prevenção devem estar fundamentadas em “pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com a população-alvo respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura” (p. 05).

Para os homens o tratamento é visto como um meio de aquisição ou retomada de habilidades pessoais e técnicas para o retorno à vida social, especialmente vinculada ao trabalho, com temas como seguro-desemprego e previdência, por exemplo, sendo uma preocupação comum entre eles. No caso das mulheres, o foco da “reabilitação” encontra-se na retomada dos vínculos familiares e na adequação social, inspirada por um viés conservador e patriarcal. Além disso, às mulheres cabe o título não só de dependentes, mas também de desarrazoadas, indóceis, presas de ditames naturais e incomunicáveis (PRADO et. all. 2012 apud SILVA, 2015).

No manual do CAPS há uma lacuna importante, no sentido em que não são abordados os procedimentos a serem utilizados no tratamento de álcool e outras drogas de forma específica para homens e mulheres, não trazendo para essa realidade discussão sobre gênero, focalizando apenas as estratégias para o tratamento de ação mista. O Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID) em um artigo que fala do tratamento direcionado para as mulheres dependentes de álcool/e ou outras drogas, reconhece que o tratamento de uma forma geral, foi direcionado para os homens e que só houve uma adaptação para receber a demanda feminina e que, ainda, tem poucos estudos sobre a dependência química feminina.

3. Conclusão

Embora a pesquisa desenvolvida pela autora encontre-se em andamento, desde já é possível perceber: A) A escassa produção sobre mulheres dependentes químicas e a autuação dos profissionais frente às mesmas, entre eles, os assistentes sociais; B) O fraco diálogo entre equipamentos voltados para à proteção à mulher, vítima de violência doméstica e os equipamentos voltados para suporte à saúde mental e combate à dependência química; C) O não olhar holístico dos equipamentos de proteção à vítima de violência doméstica, para com suas usuárias. Também possuímos questionamentos os

quais esperamos obter respostas ao longo do referido estudo: A) Os equipamentos voltados para suporte à saúde mental e combate à dependência química estão preparados para ter como usuárias, mulheres? Já que o mais “comum”, é as mulheres ocuparem o papel de cuidadoras de seus doentes e conseqüentemente, acompanhá-los aos referidos equipamentos.; B) Até que ponto as mulheres, dependentes químicas não buscam ajuda em equipamentos e/ou em espaços de auto-ajuda, em virtude de serem a minorias, como usuárias e/ou participantes? Até que ponto, elas não se sentem acolhidas nestes espaços? Esperamos que tais questionamentos nos guiem para que possamos contribuir na realização de estudos conduzidos por assistentes sociais frente a essa temática, ainda tão pouco explorada.

Referências Bibliográficas

LEAL, Monica Brito do Rego. Ser mulher e dependente química: adesão ou adaptação ao tratamento?. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MORIDA, Letícia. Por que é mais difícil para as mulheres lutar contra alcoolismo e dependência às drogas. BBC News Brasil, 08/10/2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-41436903> . Data de acesso 19/11/2018.

OLIVEIRA, Ana Flavia Pires Lucas D”. Violência de Gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária. Tese de Doutorado em Medicina. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; et.al. Consumo de psicotrópicos por mulheres: Terapia ou iatrogenia. Revista Ciências da Saúde Essentia. n.1 v.13. Sobral, 2011. p.25-38.

OMS Estudo multipaíses da OMS sobre saúde da mulher e violência doméstica contra a mulher . Disponível em: [gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/chapter1/es/index2.html](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/chapter1/es/index2.html).

RABELLO, Patrícia Moreira; JÚNIOR, Arnaldo de França Caldas. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. Revista de Saúde Pública. n.6 v.41. São Paulo, 2007. p. 970-978.

SILVA, Laise Oliveira da. Mulher, drogas e questões de gênero: uma revisão de literatura. Monografia de Conclusão do II Curso de Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.